

ATA DA 071ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, com toda certeza trarei novamente à tribuna a temática que envolve a usina hidroelétrica Garibaldi, construída sobre rio Canoas, no município de Abdon Batista. Além deste município, outros, no percurso do rio Canoas, também foram atingidos. Mas quero de maneira muito especial trazer presente a

situação dramática por que passam aquelas famílias atingidas.

Deputada Angela Albino, na última quinta-feira, tivemos a oportunidade de, em audiência pública, no trato da questão do conselho dos direitos humanos do estado de Santa Catarina, ouvir várias declarações, depoimentos, sobre a situação dramática que vivem aquelas pessoas.

Somente para termos ideia, a previsão inicial de inundação, a partir daquela barragem, seria de 26,79 km², e a barragem teria 37m de altura e 915m de extensão, numa capacidade de gerar inicialmente 150 megawatts de energia, com um potência de chegar até 175 megawatts. Energia que calculamos suficiente para abastecer uma cidade de 300 mil habitantes. E os gastos previstos para essa barragem giram em torno de R\$ 450 milhões.

Essa barragem tem atingido e inundado em torno de 1.300 famílias, entre elas proprietários de terra, meeiros, arrendatários, diaristas, que viviam do cultivo daquelas áreas.

Sabemos que existe um decreto do governo federal que contempla a indenização, por justiça às famílias que vivem como arrendatários, meeiras, diaristas, as quais exploram a sua atividade agrícola naquela área atingida.

Nesse sentido, o grupo Triunfo que construiu essa barragem terá o direito de explorar a energia pelo prazo de 30 anos.

E o que tem de novo nesse processo? É que essa barragem, além dos previstos 37m de altura, foi construída com 42m, portanto, um erro de cálculo de cinco metros de barreira. Então, imaginem a extensão que essa barragem inunda diariamente de áreas que não estavam previstas pelo levantamento.

(Procede-se à exibição de fotografias.)

Observamos nessa foto a família de Rudnei Raith dos Anjos, que foi transferida do outro local e que agora, com o transbordamento do lago fora dos cálculos, ficou totalmente ilhada, não tendo acesso nem para um lado nem para o outro.

Portanto, essa é uma das consequências do fato novo, dos cinco metros a mais do alagamento.

Aqui temos o caso do Nataniel que da mesma forma tem o contrato de parceria. Mas infelizmente os cinco metros a mais interromperam a trajetória dessa família que ficou também, da mesma forma, ilhada.

Na próxima fotografia vamos ver as instalações totalmente embaixo d'água, em consequência também dos cinco metros, de chiqueiros e outras estruturas que foram inundadas na área onde não era previsto chegar a água.

Essa área não estava prevista no cálculo da empresa Triunfo.

Na próxima fotografia todas as estruturas da própria empresa, que também foram tomadas pela água, em consequência do alagamento dos cinco metros de estrutura da barragem.

Percebemos nessa outra fotografia caminhões, máquinas, no meio da água. Tem até um ônibus e um alojamento da empresa tomados pelas águas.

Aqui é uma fonte de água, e muitas famílias se sustentavam dessa fonte de água. Ali uma pessoa está tirando a bomba do poço em que era captada a água que servia para o autossustento daquelas famílias, totalmente inundada pela água que tem tomado de surpresa essas famílias, como vários poços artesianos que da mesma forma também foram submersos pela barragem.

Ali percebemos inúmeros pinheiros, árvores, que também ficaram no meio do lago, pois nem deu tempo de tirarem a madeira. Foram submersos basicamente aí os pinheiros, as árvores, que estão apenas com a copa de fora, mostrando um crime ambiental estabelecido pelo alagamento dessa empresa Garibaldi, situada em Abdon Batista, no rio Canoas.

Temos outra imagem do caminho, do trajeto que ficou submerso pela água, como consequência da barragem.

Até a rede elétrica foi tirada do espaço onde teria sido inundada. E infelizmente a nova rede elétrica está sendo também colocada embaixo d'água.

Temos uma igreja que foi retirada do local em que a barragem a atingiria. E basicamente está

comprometida, porque existe água no assoalho dessa igreja que já foi removida.

Temos ali um agricultor que não teve tempo de tirar a colheita, a safra. Está na foto uma das espigas de milho que ele conseguiu tirar. Mas toda a sua lavoura foi totalmente tomada, lá em Abdon Batista. E assim como ele outras famílias, da mesma forma, perderam tudo o que possuíam, desde a sua infraestrutura e outras coisas tantas.

Vimos fazer esse relatório até diante de todo um acompanhamento que temos feito àquelas famílias.

Para concluir, sr. presidente, hoje, na parte da tarde, mais uma vez as famílias estão reunidas em assembleias, para irão fazer alguns encaminhamentos. E amanhã, à tarde, estaremos com uma equipe do movimento das famílias atingidas, quando sentaremos com o Ministério Público Federal para fazer alguns encaminhamentos sobre essa triste realidade enfrentada por mais de 200 famílias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, todos que acompanham a sessão da tarde desta terça-feira, Quero fazer um debate sobre a vinda dos médicos cubanos para o Brasil e sobre toda a violenta reação da elite médica brasileira e de todos os seus aliados.

As corporações médicas têm agido de forma destemperada, ideologicamente comprometida, para não falar do cinismo e da desfaçatez com que têm se manifestado a respeito desse assunto.

A pequena Cuba, que é pequena em território e em recursos naturais, mas que é imensa em capacidade humana e solidariedade, está ajudando o Brasil a aliviar os seus graves problemas em saúde. As corporações médicas e todos os seus adeptos ideológicos deveriam ficar com vergonha. Ao longo da história do Brasil se omitiram de

resolver os problemas em saúde da parcela pobre da população brasileira, que é a maioria desta nação.

O Brasil que é tão rico em território e riquezas naturais perde feio para a pequena Cuba, do ponto de vista econômico e social, aliás, perde feio para Cuba nos indicadores das áreas sociais. Do ponto de vista econômico e social Cuba não deveria ser comparada com o Brasil, e muito menos com os Estados Unidos, como alguns pretendem, mas sim com outras repúblicas do Caribe, como a República Dominicana, a Jamaica, o Haiti, porque essa é a condição econômica de Cuba, é a condição geográfica de Cuba e também a condição histórica de Cuba. E como se pode avaliar, qualquer avaliação objetiva, sem nenhuma pretensão ideológica, Cuba dá de dez a zero ou não tem comparação com essas repúblicas que citei na mesma região do mundo.

Mas a pequena Cuba, e repito do ponto de vista geográfico em recursos naturais, se tornou imensa a partir de 1959, a partir de uma política que priorizou o ser humano, em detrimento da riqueza de alguns e dos conglomerados empresariais.

Pegando alguns números de Cuba, na área de saúde mesmo, que é essa área que se está debatendo, quanto ao índice de mortalidade infantil, Cuba perde para o Japão, que têm 2,2 crianças mortas por ano para cada mil nascidas vivas. No Brasil são 16,1.

Quanto à expectativa de vida, as pessoas vivem: na Suíça, 81.8 anos; em Cuba, 78.5 anos; e no Brasil, 74.1 anos. Cuba ganhou de novo.

Repito, a Cuba que deveria ser comparada com o Haiti e a Jamaica do ponto de vista geográfico e econômico está ganhando de todos os países da América Latina nos indicadores sociais.

É essa Medicina que está sendo contestada pelas corporações médicas brasileiras. Agora aparecem os arautos da ideologia elitista da saúde a falar que os médicos cubanos são escravos. E chegam a fazer referência ao navio negreiro, referindo-se aos médicos cubanos que chegaram ao Brasil na última semana como se esses médicos

tivessem sido forçados pelo governo daquele país a vir para o Brasil.

Eu vejo o navio negreiro muito mais perto. Por exemplo, na emergência do Hospital Regional de São José, a 10km desta Assembleia. Navio Nегreiro são as emergências dos hospitais brasileiros abandonados pelos sucessivos governos.

Eu acho que as intenções de impedir e de evitar que médicos estrangeiros exerçam a Medicina - e fazem referência especialmente aos médicos cubanos - é mais uma tentativa de defesa diante da possibilidade de as corporações médicas e os ex-governantes passarem pela vergonha histórica de ter que admitir que Cuba dê de dez a zero em saúde no Brasil. Porque agora esses mesmos também querem decidir quanto que o médico cubano deve ganhar.

E, aliás, essas mesmas corporações médicas, que boicotaram o Programa Mais Médicos, que incentivaram os médicos jovens a não se inscreverem no Programa Mais Médicos para ganhar R\$ 10 mil por mês - e esse valor é somente da bolsa que o governo federal ofereceria -, agora usam os seus valores elitistas para dizer que os médicos cubanos são escravos do governo cubano e desse contrato que o governo brasileiro fez com o governo cubano.

De fato, é preciso constatar e reconhecer que os médicos cubanos são feitos de outro barro em comparação a essa ideologia das corporações médicas brasileiras com todos os seus aliados: um barro vermelho da solidariedade. Cuba tem mandado, e manda, médicos para todas as regiões do mundo, para países vítimas de catástrofes e guerras há décadas. E teve que mandar médicos para o Brasil para que a população brasileira da periferia das grandes cidades e do interior do Brasil remoto possa ter acesso a um médico.

É evidente que não quero aqui isentar nenhum governo e muito menos o governo atual da república pela falta de estrutura existente em saúde. Agora, pegar esse elemento e dizer que não pode? Mas somente agora estão dizendo que não pode. Nunca fizeram esse estardalhaço para dizer o que tinha que mudar para melhorar a saúde no Brasil. Nunca

se mobilizaram, nem uma décima parte do que estão fazendo contra os médicos cubanos, para dialogar com a população pobre deste país sobre o que deveria ser feito, efetivamente, para começar a resolver os problemas em saúde.

O prefeito Cesar Souza Junior baixou um decreto proibindo os médicos cubanos e outros que não façam o Revalida...

Aqui nesta Assembleia também temos um PL do deputado Dado querendo que isso valha para todo o estado, o PL-336.

O prefeito Cesar Souza Junior, quem elogiei várias vezes aqui, embora em posições programáticas e ideológicas diferentes, muito diferentes, ele sempre tinha a capacidade de pegar as boas ondas. Por isso, inclusive, foi eleito prefeito da capital. Mas essa onda, prefeito Cesar Souza, é a pior que o senhor já pegou, porque está se aliando à elite excludente deste país. E para o prefeito da capital fica fácil, porque todos os médicos querem trabalhar aqui! Principalmente nos bairros nobres, mas lá na periferia é diferente. Ali em São José, Palhoça é difícil aparecer um médico.

Eu gostaria de fazer uma ressalva. Não se pode fazer generalizações, porque existem profissionais de saúde dedicadíssimos ao povo, sem interesse monetário e pecuniário, temos que fazer esse registro, até porque conhecemos pessoalmente vários assim. Queremos elogiá-los, parabenizá-los, mas também dizer que as corporações médicas e seus aliados deveriam pedir desculpas à nação brasileira pela sua omissão histórica.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon.

Gostaria de fazer o registro da presença dos educandos e profissionais da Apae de São José, que estão visitando a sede do Poder Legislativo de Santa Catarina, como atividade de Semana Estadual da Pessoa Com Deficiência Intelectual e Múltipla.

Sem bem-vindos, esta é a Casa de vocês e de todos os catarinenses.

Muito obrigado pela presença de vocês. É um abraço a todos da Apae de São José.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, pelo tempo de dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero inicialmente cumprimentar a Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares do Estado de Santa Catarina que está nesta Casa fazendo um movimento de apoio à posição que os parlamentares já tiveram há mais de um mês, quando votaram o PL-123, que significa a extensão do mandato dos atuais conselheiros tutelares até 2015.

A razão principal desse pedido e a razão do por que esta Casa aprovou foi justamente porque a lei federal 12.696 estabelece que a partir de outubro de 2015 haja, na primeira semana de outubro, no primeiro domingo, uma eleição para a escolha dos conselheiros tutelares. E de 2016 em diante, então, dali para frente, no Brasil inteiro, o mandato do Conselheiro Tutelar passará a ser de quatro anos. E cada conselheiro pode concorrer por duas vezes a conselheiro tutelar. Então, de agora até lá os municípios que estiverem neste momento interrompendo o mandato dos conselheiros anteriores vão fazer eleição apenas para 2014 e 2015, porque em 2016 terão que fazer a outra eleição.

Um processo de escolha tem um custo para durar apenas dois anos, até porque, se esses que concorrerem forem escolhidos, terão que passar por um processo de capacitação, de acomodação, enfim, de adequação à atividade. E tudo isso significa um prejuízo para o erário público, um prejuízo, principalmente, para a boa qualidade do atendimento às necessidades da criança e do adolescente.

Por isso esta Assembleia aprovou o Projeto de Lei n. 123, de minha autoria, que visava justamente a estender o mandato. Não é vontade do governador, mas por uma questão técnica foi vetado todo o projeto. E como vai ficar o mandato

2014/2015 para aqueles que terminarem nos municípios em 2013, quando encerra o mandato dos atuais conselheiros tutelares? Fica a pergunta.

Por isso, a Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares está nesta Casa fazendo uma visita a todos os parlamentares, manifestando assim o pedido a cada um votar contra o veto e tentar encontrar uma alternativa para a prorrogação desse mandato.

Quero cumprimentar também o vereador Antônio Carlos Cotezini e, em nome dele, saudar os inúmeros vereadores, os prefeitos, os vice-prefeitos que estão nesta Casa acompanhando os serviços, trazendo seus pleitos aos parlamentares desta Casa.

Também quero saudar o deputado Ismael dos Santos que por sua organização, pelo empenho desta Casa, pelo apoio do governo de Santa Catarina, lançou no plenário desta Casa o Programa de Combate às Drogas, principalmente em relação à recuperação dos dependentes químicos. Infelizmente, 70% a 80% da criminalidade estão ligados ao consumo e comércio de drogas. E se combatermos efetivamente isso, estaremos, sim, melhorando a segurança pública do estado de Santa Catarina.

Ontem, segunda-feira, fiz uma visita a Joinville, no Centro de Atendimento Socioeducativo, no Casep, que acolhe adolescentes que estão em medidas socioeducativas, em passagem provisória. Estão internados no Centro de Atendimento Socioeducativo 18 jovens, e a grande maioria ou a metade, pelo menos, tem relação com latrocínio e homicídio, e mais da metade tem a ver diretamente com o comércio e uso de drogas, mas quase 100% estão inseridos no uso e comércio de drogas.

E o governo do estado lançou esse programa na Assembleia, porque uma das prioridades desta Mesa Diretora, como foi colocado pelo presidente deputado Joares Ponticelli, é justamente o combate às drogas.

Este ano foi criada mais uma comissão na Casa, a de Combate e Recuperação de Dependentes

Químicos. E o Conselho Regional de Medicina, o Sindicato dos Médicos estão preocupados com a qualidade dos serviços, com a qualidade do profissional, moral e eticamente. E com certeza todos os médicos de Santa Catarina, que são aproximadamente 16 mil, 17 mil, são observados por todos os demais médicos, os quais têm o compromisso com a qualidade dos serviços e sabem que ao seu lado há outros médicos que também zelam pelo seu nome.

O deputado Sargento Amauri Soares aqui colocou o movimento dos médicos contra o Programa Mais Médicos. Na verdade, o Conselho Regional de Medicina, a sociedade catarinense, o sindicato dos médicos nunca foram contra o governo disponibilizar mais médicos para o atendimento. O que tem acontecido é que se o conselho, o sindicato, a associação médica, enfim, todos estão preocupados com a qualidade do serviço do ponto de vista técnico, moral e ético.

Por isso, então, a preocupação da sociedade catarinense de Medicina, que também é a preocupação do Conselho Federal, é com o revalida que estão exigindo para garantir a qualidade. E quem vai se responsabilizar pelos atos médicos daquele que não tem o certificado médico? Aqui chamamos de charlatão alguém que faz atos ditos médicos e que não é. Por isso a preocupação do Conselho Regional de Medicina.

Acredito que ainda temos que melhorar a qualidade dos equipamentos para permitir que os médicos possam fazer lá os procedimentos que eles estão qualificados a fazer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero fazer o registro da presença da presidente da Câmara de Vereadores de Princesa, da Eila que faz um brilhante trabalho em Dionísio Cerqueira e do

nosso amigo vereador, radialista, Padilha, do município de São José dos Cedros. Para nós é uma honra recebê-los em nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Hoje, os primeiros minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, quero renovar a minha saudação aos nossos amigos vereadores que hoje nos visitam.

Estamos debatendo com toda a sociedade brasileira a questão dos médicos que estão vindo para o Brasil. E hoje, quando vinha para esta Casa, escutava a Rádio Menina, de Balneário Camboriú, e ouvi um comentário a respeito dessa situação dos médicos, do imprevisto da classe política brasileira e do imprevisto do governo federal.

Há 10 anos este governo está no poder e de um mês para o outro descobriu que faltam médicos no país. Então, houve falta de planejamento, de discutir com a classe médica no sentido de encontrar soluções para motivar os médicos, os estudantes a atenderem nos municípios do interior, dada as dificuldades que existem, inclusive no estado de Santa Catarina.

Hoje, ouvi umas senhoras falando que precisaram chegar às 3h da madrugada a um posto de saúde, em Balneário Camboriú, para marcar uma consulta. Se em Balneário Camboriú, que é uma das cidades com melhor qualidade de vida em Santa Catarina e no país, o cidadão tem que sair às 3h da madrugada para marcar uma consulta médica, imaginem a situação no sertão, no nordeste.

E, agora, o governo chegou à conclusão de que para resolver o problema as pessoas precisam de hospitais, de equipamento, mas acima de tudo precisam de atenção, carinho, respeito e querem ser ouvidas. As pessoas precisam relatar o problema, assim o governo federal entendeu que

precisamos de um médico, e poderia ser até um enfermeiro, com condições de ouvir as pessoas e fazer o encaminhamento para um local adequado. Mas há uma improvisação total.

Será que com dez anos do mesmo governo não deu para fazer um planejamento, não deu para se discutir com a classe médica e encontrar uma melhor solução para a saúde do país?

Como ouvi dizer hoje, o médico está recebendo R\$ 10,00 por uma consulta do SUS e R\$ 80,00 por uma cirurgia mamária. Realmente, é um problema grave. E não é numa improvisação de momento que se resolve.

Continuando com a improvisação, aquele senador que estava há um ano na embaixada brasileira da Bolívia, que os diplomatas furtivamente permitiram que viesse para o Brasil, ficou lá por um ano. Mas o governo não teve como buscar uma solução junto ao ditador Evo Morales de como conseguir um salvo-conduto para que pudesse vir para o país. Aí os diplomatas quiseram praticar um ato de humanidade para resolver a questão e agora estão sendo exonerados. Está-se mudando o ministro das relações exteriores.

Então, apenas se resolve o problema quando a sociedade ou alguém cobra. Levaram dez anos para ver que faltam médicos, para discutir com os municípios, com associações médicas, para encontrar uma solução. Agora, infelizmente ou felizmente a sociedade viu e tem que cobrar soluções em todos os setores. E essas soluções precisam ser buscadas.

Estivemos, com o deputado Ismael dos Santos, aproximadamente há um ano, em Brasília, na secretaria Nacional Antidrogas. E lá, falando com a secretária, que era uma catarinense, acredito que ainda seja, ela apresentou uma série de programas que os municípios poderiam se habilitar junto ao governo federal. Mas vimos com os municípios, com os estados que esses programas não existem. Então, falta sintonia. Se o governo federal tem projetos, tem condições de trazer os recursos aos municípios, os municípios têm que

saber que existem esses recursos e que existem outras possibilidades.

O governo do estado lançou esse projeto Reviver, que é muito importante, de apoio às entidades de recuperação dos dependentes químicos, dos usuários de drogas. Então, é importante que isso seja feito, mas é preciso haver uma sintonia maior. Se não houver esse trabalho em conjunto, governo federal, governo estadual e municípios, não vamos conseguir resolver uma série de problemas, como na Saúde.

Na Saúde, um dos problemas mais grave que temos enfrentado é o atendimento e também a questão dos dependentes químicos. Os nossos hospitais não têm infraestrutura, não têm especialização para atender a um dependente químico. As famílias quando necessitam de socorro não encontram uma pessoa que possa fazer esse encaminhamento, porque o SUS não atende, porque o hospital não atende, não interna o usuário de drogas. Então, temos que buscar soluções.

Como bem disse o governador Raimundo Colombo, hoje, na assinatura desse projeto importantíssimo para a saúde da população de Santa Catarina, especialmente, para as famílias que têm usuários de drogas, esse é um projeto que não adianta fazer concurso, porque não é por dinheiro, mas por amor, por vocação, é por paixão que as pessoas têm que trabalhar nesses projetos, principalmente na prevenção ao uso de drogas.

Precisamos que ali tenha sensibilidade, que ali tenha coração e tenha disposição, que a pessoa queira e faça com amor e com dedicação.

Graças a esse projeto, a esse estudo feito pelo deputado Ismael dos Santos e pelas secretarias de estado envolvidas nesse programa, certamente, Santa Catarina vai dar um grande salto no apoio às famílias que têm problemas com usuários, com dependentes químicos. E sabemos o quanto isso é importante para a nossa sociedade. Mas é preciso haver planejamento. Não pode ser de improviso; não pode tomar uma decisão e depois voltar atrás. Ou seja, aumenta-se mais dois anos o tempo de estudo dos médicos, depois não aumenta

mais esse período. Não é assim que se resolve a situação. Resolve-se, sim, com planejamento, com maturidade, com responsabilidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, é uma satisfação voltarmos mais uma vez a esta tribuna para falarmos em nome do glorioso PMDB.

Inicialmente, sr. presidente, gostaria de corrigir v.exa., pois infelizmente não sou o líder do PMDB, estou, sim, na liderança do governo. Mas durante o período em que lá estivemos vivenciamos grandes momentos em termos de podermos junto aos nossos colegas construir um PMDB ainda mais vigoroso. Então, que através de nossos mandatos possamos efetivamente fazer aquilo que a sociedade brasileira e catarinense espera de seus políticos.

O que me traz a esta tribuna, sr. presidente, neste momento, é relatar o dia de ontem, quando tivemos algumas audiências, entre as quais a primeira audiência com o sr. governador, com o sr. vice-governador, com o prefeito municipal de Rio do Sul, com o secretário da Defesa Civil do estado, que foi prefeito daquela cidade, outras lideranças, como o secretário regional, o presidente do PMDB local, quando buscamos a confirmação, através de decisão do sr. governador, do recapeamento da Rui Barbosa, do município de Rio do Sul, através do projeto Confaz.

Evidentemente que não tem necessidade de ser exatamente pela empresa Votorantin, mas de qualquer forma o governador está despachando para o secretário de estado da Fazenda tomar as providências no que concerne à execução daquela obra tão solicitada pelas nossas lideranças que representam Rio do Sul neste Parlamento e, também, pelas lideranças comunitárias que, através de

várias reuniões na Câmara Municipal de Vereadores daquela cidade, juntamente com lideranças empresariais, políticas, sociais e agrícolas do município de Ituporanga e da região da cebola, está buscando uma solução para que efetivamente possamos dar segurança às pessoas que dependem da Rui Barbosa para transitar e aos moradores daquela via.

Então, ontem, através da decisão do sr. governador, conseguimos com que o projeto que existe fosse autorizado, para que pudéssemos fazer com que a comunidade de Rio do Sul fosse atendida com esse empreendimento.

Outro fato que ocorreu ontem foi na secretaria de estado da Agricultura e da Pesca. Essa parceria destinou emendas para a referida secretaria, no valor de R\$ 1,4 milhão, tendo como contrapartida mais R\$ 524 mil do governo do estado, também através da referida secretaria.

Nessa parceria entre o governo federal e o estadual, com interferência direta do deputado federal Rogério Mendonça e do deputado federal, secretário da Agricultura e da Pesca, João Rodrigues, com a nossa participação, porque houve recursos do estado nessa aquisição, conseguimos passar para os municípios do alto vale do Itajaí alguns equipamentos.

Conseguimos passar três motoniveladoras, sendo uma para o município de Agronômica, outra para Imbuia e uma para Vidal Ramos. Além de passarmos uma escavadeira hidráulica para o município de Leoberto Leal, também passamos uma retroescavadeira para o município de Lontras e um trator de pneu para Pouso Redondo e Witmarsum.

No evento de ontem estavam presentes os prefeitos e vice-prefeitos dos sete municípios, independentemente de partidos políticos, pois atendemos desde municípios administrados pelo PP, PSD, PMDB. E logicamente que essa parceria que conseguimos fazer no dia de ontem veio somar-se àquilo que os pequenos municípios de Santa Catarina e do Brasil sentem nesse momento, exatamente a falta de capacidade de investimento, porque as receitas dos municípios brasileiros

estão praticamente toda comprometida com as questões constitucionais, como folha de pagamento, os 35% da educação, saúde, o Fundo da Infância e da Adolescência. Enfim, a receita dos municípios brasileiros e catarinenses estão praticamente comprometidas com aquilo que é de regra constitucional.

Para investimentos, infelizmente, deputado Renato Hinnig, nenhum município catarinense, brasileiro, tem fluxo de caixa suficiente. E é aí que entra a nossa participação como parlamentares, aqui, no Parlamento catarinense, dos nossos colegas deputados federais, dos senadores, para que através de emendas, através de convênios, através da parceria do governo federal e do governo do estado possamos dar um alento a esses municípios, principalmente no que se refere à aquisição de equipamentos, para que esses municípios possam atender à sua comunidade, através desses equipamentos tão necessários para o seu desenvolvimento econômico.

Eu já tive o privilégio e o prazer de administrar pequenos municípios e senti na pele o quanto uma retroescavadeira, uma motoniveladora, uma escavadeira hidráulica ou mesmo um trator de pneu faz a diferença lá nos nossos municípios.

Então, quero aqui de uma forma respeitosa agradecer essa parceria que foi instituída através da emenda do parlamentar Rogério Mendonça, popular Peninha, juntamente com a contrapartida da secretaria de estado da Agricultura, com uma participação efetiva do governo de Santa Catarina, para que pudéssemos atender a esses sete municípios catarinenses localizados em nossa região que representamos aqui na Casa do Povo de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Aldo Schneider, quero cumprimentar v.exa. e também o deputado Rogério Mendonça, pelo trabalho que realizam na região que representam.

Realmente é um trabalho efetivo, incansável, de apoio aos prefeitos do nosso partido naquela região, aos companheiros que têm também o mandato de vereador.

V.Exa. tem dado uma demonstração de que companheiro precisa ser prestigiado. V.Exa. faz esse trabalho de forma invejável. Parabênzo v.exa. e também o deputado Rogério Peninha Mendonça, pela forma como conduzem o processo. E o relato que v.exa. faz aqui de todo o roteiro que fizeram, assim como os benefícios que estão trazendo para aquela região, demonstra de forma clara e inequívoca de que o trabalho está sendo efetivo, eficaz.

Parabéns. Quero ainda colaborar com v.exa., no sentido de reafirmar que os municípios estão realmente com muitas dificuldades financeiras. E toda e qualquer ajuda que possa ser assegurada aos prefeitos e aos municípios de Santa Catarina devem ser buscadas.

Nós precisamos efetivamente começar a encontrar uma estratégia de podermos discutir um novo pacto federativo para descentralizar os recursos que hoje são centralizados na mão do governo federal, para que os municípios sejam melhores atendidos e também os estados, porque da Constituição de 1988 para cá muitas atribuições, muitos encargos foram delegados aos municípios e aos estados, num primeiro momento com contrapartida financeira, mas no decorrer dos anos a centralização voltou a ficar bastante acentuada nas mãos do governo federal. E sobraram as responsabilidades para os municípios e para os estados, sem a contrapartida financeira.

Então, precisamos rever isso com urgência e precisamos montar uma estratégia unindo vereadores, prefeitos e fazer com que isso seja discutido já na próxima eleição e que os candidatos à Presidência da República tenham propostas claras na direção de termos um novo pacto federativo, com a proposta clara de descentralização de recursos para aportar nos municípios, porque é lá que a população mora, é lá que existem as demandas que precisam ser atendidas

pelo poder público. E depois também fortalecer mais as receitas do estado, para que as políticas públicas de competência do estado tenham resolução e o governo federal ficar com as políticas mais macro e poder atender às situações pontuais, porque se tem consciência que o Brasil é um país de dimensões continentais, tem as suas diferenças, tem regiões carentes que precisam ser atendidas de forma diferenciada, mas não podemos mais suportar essa centralização nas mãos do governo federal.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu agradeço a manifestação de v.exa. e insiro a mesma no meu pronunciamento.

Para concluir, eu gostaria de deixar claro que a atuação parlamentar deste deputado e do deputado federal Rogério Mendonça, junto ao governo do estado, no que tange aos recursos do fundo de apoio aos municípios, é no sentido de buscar de forma incansável o atendimento de todos os municípios do alto vale. E também estamos levando informação aos municípios sobre o programa criado por esta Casa, que é o Badesc Juro Zero, uma forma de podermos também contribuir para o desenvolvimento dos municípios da nossa região e obviamente de todos os municípios catarinenses, no sentido de levar recursos financeiros que provêm de financiamentos, mas que os encargos financeiros desses financiamentos serão arcados pelo Tesouro do Estado de Santa Catarina ou pelo lucro que a agência de fomento, que é o Badesc, tem durante o exercício.

Então, tanto eu como o deputado federal Rogério Mendonça somamos forças para buscar os recursos aqui do estado e também da união, para que todos os municípios da região que representamos possam ter um alento financeiro e capacidade de fazer algum tipo de investimento, seja na área de construção, na área de aquisição de equipamentos ou na área de compra de outros serviços.

Então, quero deixar mais uma vez o registro dessa parceria incansável minha e do deputado Rogério Mendonça. E aproveito a oportunidade para saudar os vereadores de Rio do Campo, na figura do

presidente da Câmara de Vereadores, o vereador Alexandro Losi.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam bem-vindos.

Quero aproveitar a oportunidade e registrar a presença do vereador Evaldo João Junckes, conhecido como Pupo, da cidade de Guaramirim.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - E por falar em saúde, sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, também gostaria de registrar a presença nesta Casa do vereador Vanio Cesar Vieira, do município de Itapema, que está com uma equipe de pessoas daquele município e vai fazer uso da palavra daqui a pouco, srs. parlamentares, falando de um projeto desta cidade. E estaremos atentos à sua fala.

Sejam muito bem-vindos.

Agora à tarde, li e vi diversas manifestações de vários parlamentares sobre a vinda de médicos de outros países para atender à nossa população mais carente, srs. deputados, tendo em vista que não temos ainda número suficiente desses profissionais para dar atendimento principalmente às populações mais carentes, mais pobres, dos municípios mais distantes, pois hoje vivemos num Brasil onde 700 municípios não têm um médico, um profissional da área médica para atender a essas pessoas.

Colegas nossos prefeitos dizem que estão pagando R\$ 25 mil de salário no município de São Domingos, no oeste do estado de Santa Catarina, mas não consegue contratar nenhum profissional desta área.

Se os médicos não querem ir trabalhar nos municípios mais distantes, até entendo. Agora, não

querer que outros profissionais façam esse serviço é que não posso compreender.

Hoje mesmo lemos, numa reportagem sobre o valor econômico, srs. parlamentares, que o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso é a favor da vinda de médicos estrangeiros para o Brasil. E assim como nós também somos a favor de que profissionais que se formam aqui no Brasil possam ir prestar serviço em outros países. E nós fizemos essa defesa.

Deputado Dirceu Dresch, esse é um clamor de todos os prefeitos de Santa Catarina e do Brasil. E eles fizeram esse clamor para a nossa presidenta Dilma Rousseff quando houve a reunião com a Frente Nacional de Prefeitos, já que necessitavam de profissionais médicos.

Então, por que nós não queremos isso? Vejam se algum profissional médico quer atender - e dou o exemplo da capital de Santa Catarina, Florianópolis - na periferia do município, deputada Angela Albino? Se algum profissional médico quer atender lá em São Domingos, recebendo um salário de R\$ 25 mil? Se algum profissional médico quer atender na cidade de Brusque, onde faltam médicos? O clamor de todos os prefeitos e prefeitas do Brasil é pela falta de médicos!

O Programa Mais Médicos do governo federal é por um prazo de até três anos. E o programa é para isto: para atender a essas comunidades mais carentes!

O que não compreendemos, srs. parlamentares, é que essas pessoas não tenham direito ao atendimento médico da saúde básica, da saúde coletiva e da saúde da família nas comunidades indígenas, nas comunidades ribeirinhas. É por isso que defendemos que, num prazo de até três anos, esses profissionais possam fazer esse atendimento. E o Brasil, com o governo do presidente Lula e o governo da nossa presidenta Dilma Rousseff, abriu muito mais universidades e também cursos de Medicina, porque há uma demanda e falta desse tipo de profissional.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputada Ana Paula Lima, nossa líder, quero parabenizar v.exa. pelo seu pronunciamento.

Deputada, isso precisa ser defendido de fato. Não há como uma mãe, que está na fila de um posto de saúde ou de um hospital para receber o atendimento básico - e é lá que está o grande problema...

Se aqui em Florianópolis, num bairro mais distante da cidade, há problemas, imaginem no interior do estado, nos pequenos municípios! Lá no meu município conseguimos agora três médicos para atender das 7h às 19h no posto de saúde, num atendimento permanente. Mas isso não ocorre em todos os municípios. E estamos pagando R\$ 23 mil por mês para um médico ficar trabalhando lá.

Então, imaginem as pessoas do nordeste, que não têm atendimento!

Deputada, os prefeitos de Blumenau e Florianópolis até podem se dar ao luxo de fazer um decreto dizendo que não recebem médicos. Agora, quero ver o prefeito de Lindóia do Sul ou um prefeito lá do interior do nordeste fazer um decreto dizendo que não aceita os médicos. Eles pedem pelo amor de Deus porque precisam de mais médicos!

Foi acertada a decisão do ministro Alexandre Padilha e da presidente Dilma Rousseff, e o povo brasileiro vai reconhecer com muita gratidão essa ação. Alguns estão dizendo que fizemos uma armação com Cuba para trazer médicos para cá. Isso não é verdade. É lá que há profissionais. O país prepara profissionais para atender a saúde porque lá a saúde é prioridade. Infelizmente, no Brasil ainda não é assim, mas, com certeza, vai ser logo, logo.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Certamente, deputado Dirceu Dresch.

Ontem a vice-ministra de Cuba disse que Cuba não é exportadora de médicos, que Cuba é exportadora de programas de saúde para atender a nossa população.

O que me causa estranheza, srs. parlamentares, é que o prefeito de Blumenau, infelizmente,

assinou um decreto para não receber médicos estrangeiros. Isso é lamentável porque Fernando Henrique, que é o líder do PSDB deles, e lá em Blumenau o PSDB é a favor da vinda de mais médicos estrangeiros para o Brasil...

O prefeito de Florianópolis também não quer a vinda de médicos para cá. Eu quero saber como é que ele vai resolver o problema da falta de médicos para atender a nossa população nos bairros mais distantes?

Ontem, no município de Joinville, o prefeito Udo Dohler também sinalizou a não vinda de médicos. Mas já retirou essa decisão porque nos bairros de Joinville, em todos os postos de saúde onde não havia médicos, a população colocou uma faixa dizendo o seguinte: "Nós queremos médicos estrangeiros para atender a nossa população".

É isto que defendemos: o atendimento à população mais necessitada e mais carente. E foram os prefeitos que fizeram esse pedido para a nossa presidenta Dilma Rousseff, porque precisavam desses profissionais de saúde.

Por um tempo de até três anos eles vêm fazer o atendimento dessa demanda. E logo após, quando os nossos médicos se formarem, quando tiverem a oportunidade de exercer a profissão, nós teremos, sim, mais profissionais para o atendimento. Diferente, por exemplo, deputado Maurício Eskudlark, do governo do estado de Santa Catarina, que não aplica o correto na saúde, aplica menos do que o necessário. Por isso, o estado de Santa Catarina está desse jeito.

Outro problema que vivenciamos, por exemplo, é o Samu, que faz um péssimo atendimento à nossa população.

Há dez dias ocupei a tribuna desta Casa para denunciar o descaso do governo estadual com a gestão do Samu, que foi terceirizada, infelizmente.

O serviço de urgência e emergência Samu foi criado pelo presidente Lula e disponibilizou a distribuição de ambulâncias para todo Brasil, além de recursos mensais para o pagamento de médicos e equipes de socorro.

O estado de Santa Catarina, violando a legislação e a vontade da sociedade e do Conselho Estadual de Saúde, terceirizou a gestão do serviço de urgência e emergência de Santa Catarina, Samu.

Novamente, a empresa SPDM, de São Paulo, foi a escolhida para administrar o Samu, a mesma que administra o Hospital de Araranguá e que é alvo de inúmeras denúncias de mau atendimento e assédio moral contra trabalhadores e a comunidade.

Por isso, o deputado estadual tem que estar ciente disso. E aqui temos responsabilidade sobre isso. O Hospital de Araranguá foi terceirizado por essa empresa de São Paulo e é alvo de várias denúncias de mau atendimento, de assédio moral contra os trabalhadores e contra a comunidade. A mesma coisa é o Samu.

Então, a decisão firme do Ministério Público de Santa Catarina, através da promotora Sônia Piardi, gerou ações judiciais exigindo o retorno dos serviços do Samu para o governo do estado.

Segundo a promotoria, enquanto o Samu era público, o tempo de resposta para atender era de dois minutos. Hoje é de cinco minutos. Com o Samu público, 76% das chamadas eram atendidas com ambulância. Hoje, terceirizado, apenas 50%.

O salário de um socorrista do Samu era de dois mil reais. Hoje, recebem um mil e duzentos reais com banco de horas. Com isso a permanência de socorristas é baixa, precarizando ainda mais o trabalho.

Solicitamos ainda a convocação da secretaria de estado da Saúde para dar esclarecimento à comissão de Saúde desta Casa sobre esse serviço. E ontem recebemos, através dos meios de comunicação, a informação de que a Justiça determinou ao governo do estado de Santa Catarina, em cinco dias úteis, o retorno do serviço de atendimento de urgência e emergência Samu, para a gestão pública do estado. Isso porque o governo do estado descumpriu decisão judicial que determinava o retorno dos serviços ao estado no prazo de 120 dias.

Então, não restam dúvidas, srs. parlamentares e sra. deputada, de que a nossa função aqui é para

resolver o problema do estado de Santa Catarina, de como está sendo atendida a nossa população no estado de Santa Catarina.

Sr. parlamentares, não me venham com demagogia de que Santa Catarina está bem e que nós não precisamos de médico para atender à nossa população.

Se os senhores e as senhoras não precisam tem a população catarinense que precisa de médico no interior do nosso estado e nos bairros mais distantes. É essa a população que merece o nosso respeito, que merece as nossas falas aqui nesta tribuna, para defender. Santa Catarina precisa de médicos, médicos qualificados, médicos brasileiros, médicos estrangeiros, mas que tenham compromisso com as pessoas, de atender bem às pessoas.

É por isso, srs. parlamentares, que é muito bem vindo esse programa do governo federal, porque merecemos um atendimento adequado, honesto e de boa qualidade. E tenho certeza de que os médicos brasileiros e estrangeiros vão fazer isso.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço é do deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, caros deputados, aqueles que nos acompanham na sessão desta terça-feira, quero começar falando da notícia publicada ontem no jornal *Notícias do Dia*, que fala dos deputados que são réus em processos crime na justiça catarinense, dentre eles este parlamentar que responde a dois processos, segundo o jornal *Notícia do Dia*.

Eu até imaginava que tinha mais processos, pois todos aqueles que estavam na auditoria militar antes, assim que fui empossado deputado, foram enviados ao Tribunal de Justiça. Todos eles são por ter dirigido a Associação de Praças de Santa Catarina, Aprasc, por ter sido presidente da

Aprasc por 11 anos e, evidentemente, por ter dirigido e participado da direção das mobilizações dos praças e de todas as atividades que realizaram e inclusive de paralisação nas atividades da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, pelo menos, na metade do estado de Santa Catarina, no final de 2008.

Então, os meus processos são todos derivados dessa função que exerci como dirigente da Aprasc. Eram processos que vieram da Justiça Militar, e todos aqui sabem ou devem imaginar que ao militar é muito fácil receber um processo. Pensar alto é suficiente para responder a um processo-crime, porque qualquer crítica, qualquer posição, reclamar do salário, por exemplo, é considerado crime militar. Então, os meus processos são derivados desse período e dessa atividade que desenvolvi.

Gostaria que o Tribunal de Justiça já tivesse julgado, alguns até julgou nesse período, mas há alguns lá. E como não fez ainda, estou completamente à disposição para que o Tribunal de Justiça possa fazer esse processo, tocar em frente e levar a sua conclusão.

Não temos nenhuma dificuldade de responder àquilo que a legislação militar, o Código Penal Militar considera crime.

No outro ponto, quero também falar desse assunto do qual estava falando a deputada Ana Paula Lima, especialmente sobre a relação do governo do estado de Santa Catarina com as organizações sociais.

Concordo plenamente com ela sobre o que disse a respeito do Programa Mais Médicos, até no meu pronunciamento anterior falei exclusivamente disso em apoio à presidente da República, porque quase sempre venho aqui para criticar, mas no Programa Mais Médicos já vim aqui algumas vezes para elogiar, inclusive pela coragem em fazer esse enfrentamento com a elite das corporações médicas, com os conglomerados da indústria farmacêutica e da indústria de equipamentos médicos, que controlam e decidem, e muito, o que as próprias faculdades de Medicina no Brasil ensinam para os

seus estudantes de Medicina. E aí formam pessoas aptas a trabalhar no mercado elitista e a preferir ficar nos grandes centros, onde existem todos esses equipamentos para que possam desenvolver ali a sua função. Não ensina a trabalhar lá no interior remoto, nas periferias, onde não existe toda essa tecnologia, além do que há uma lógica de que o médico é para ganhar dinheiro, é para ficar rico.

Já fiz as ressalvas das exceções, mas há isso também na forma de pensar e no proceder. E queria ler aqui uma pequena nota do jornal *Diário Catarinense*, de hoje, na página n. 3, de Rafael Martini.

(Passa a ler.)

"Justiça bloqueia repasse ao Samu.

Acabou a paciência do juiz Luiz Antônio Forneroli, da 1ª Vara da Fazenda Pública, no caso da transferência do governo do Estado da gestão do Samu à Associação Paulista para o Desenvolvimento da Saúde (SPDM).

Por conta do que classifica como 'reiterada desobediência ao Estado Democrático de Direito', determinou o imediato bloqueio dos pagamentos à organização social e aumentou o valor da multa diária para R\$ 50 mil."

Vamos ver se agora o governo do estado cumpre decisão judicial, porque a respeito desse convênio com a SPDM o governo do estado tem insistido em não cumprir as decisões judiciais, inclusive decisão do Supremo. O governo deu um jeito de lograr, de driblar e não cumprir a respeito do contrato do Samu. Vamos ver se agora o governo cumpre uma decisão judicial, porque senão estará afetado aquilo que tanto gosta de falar o tal Estado Democrático de Direito, em que o Executivo não se dobra a decisões judiciais.

É extremamente prejudicial à população catarinense esses contratos com as organizações sociais. E isso está cada vez mais provado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado

aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Sílvio Dreveck, por oito minutos.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Quero registrar a presença do prefeito de Porto Belo, Evaldo José Guerreiro Filho, que está aqui intercedendo junto ao governo do estado, pois lá só tem uma escola de ensino fundamental estadual, que hoje atende a todo o centro de Porto Belo, a qual está para ser fechada. Eles vão lá pedir a municipalização. E esperamos que consiga sensibilizar o governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, com a palavra o deputado Sílvio Dreveck, por oito minutos, pelo horário destinado ao PP.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVEK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, meu líder, deputado Valmir Comin, quero aqui agradecer por essa oportunidade, até para contribuir um pouco com esse debate que está se fazendo, na Casa, há muito tempo, que é um debate relevante para a sociedade brasileira, no que diz respeito à saúde.

Penso que esse debate sobre a situação da vinda dos médicos, em que alguns são favoráveis, outros contrários, são para estender o atendimento médico para todos os municípios brasileiros. Mas o que se está debatendo é como se vai fazer esse contrato, até porque esses recursos que o governo brasileiro vai pagar serão transferidos para o governo, pois no país cubano o caso é um pouco diferente.

Portanto, há um questionamento nesse quesito. Eu penso que desde que os médicos, mesmo sendo de outros países, venham com conhecimento sobre saúde não há por que ser extremamente contra a uma soma que pode ser benéfica para a população brasileira. Mas há o questionamento da avaliação, ou seja, o

chamado revalida, que é a avaliação por uma comissão de médicos e de professores para convalidar o seu conhecimento.

Mas o que me chama a atenção neste debate é que precisa ser lembrado que o gerenciamento é uma das ferramentas importantes para tornar o trabalho eficiente na Saúde. E, nesse caso, a minha experiência de secretário da Saúde e de oito anos de prefeito de São Bento do Sul, remete-me a avaliar que o gerenciamento dos recursos humanos e o atendimento humanizado fazem a diferença. São instrumentos que melhoram a qualidade de atendimento da população.

Mas é verdade que para poder fazer um atendimento de qualidade e humanizado é preciso ter profissionais qualificados, e para isso precisa-se de investimentos.

Acredito que a ausência de investimentos acontece não somente no atual governo, mas vem desde 1997. A melhoria dos valores pagos para os hospitais e até para as prefeituras conveniadas - e principalmente para os hospitais filantrópicos que em Santa Catarina a grande maioria - é o que está fazendo falta para um melhor serviço de saúde nos municípios.

Como disse, desde 1927, esses valores não são corrigidos. Não vamos nem falar em valor real, mas em reposição de inflação. E eu tomei a liberdade de fazer esse cálculo da inflação de 1927 até os dias de hoje. É um valor bem significativo. E isso demonstra por que os nossos hospitais estão indo à falência. É nada menos do que 160%. Obviamente, não tem como fazer com que esses hospitais e as próprias prefeituras consigam manter o financiamento de custeio.

Não estamos nem falando de construir área física ou de comprar equipamento, mas do dinheiro que se precisa no dia a dia. As pessoas que mais precisam utilizam o Sistema Único de Saúde, porque não têm dinheiro suficiente para pagar um plano de saúde, para pagar uma consulta, quanto mais um internamento ou um procedimento cirúrgico.

Por isso, defendo e continuo dizendo que o grande problema na área financeira está na falta

da correção da inflação dos valores que são pagos aos hospitais e entidades que são conveniadas ao sistema público. Isso não vai resolver tudo, mas vai com certeza melhorar muito a situação financeira dos hospitais que estão na iminência da falência. Por mais que possa ser difícil, sempre vai haver aporte de recursos tanto do governo federal quanto estadual, mas os hospitais filantrópicos, comunitários, sobrevivem de recursos de convênios, de alguns serviços particulares. Mas a grande maioria atende pelo SUS, que representa em média 75% dos atendimentos. Portanto, há necessidade de rever esses valores, dessa correção da tabela SUS.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Passaremos à Ordem do Dia

A Presidência comunica que a comissão de Agricultura e Política Rural apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0364/2013. Também comunica que a Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0053/2013, 0097/2013, 0098/2013, 0140/2013, 0185/2013, 0239/2013, 0255/2013, 0331/2013, 0376/2013, 0394/2013, 0395/2013, 0398/2013, 0435/2013, 0459/2013, 0576/2012.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0213/2013, de autoria governamental, que altera a Lei n. 6.463, de 1984, que institui Condecorações e Título Honorífico na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cria o conselho do Mérito Polícia Militar e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0340/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 11.055, de 1988, que declara de utilidade pública a Associação Novo Alvorecer, de São José.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0344/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que reconhece de utilidade pública o Hospital de Caridade São Roque, do Distrito de Morro da Fumaça, do município de Urussanga.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0524/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0525/2013, 0526/2013, 0527/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0528/2013, 0529/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0530/2013, 0531/2013, de autoria do deputado Angela Albino; 0533/2013, de autoria do deputado Dado Cherem; 0532/2013, de autoria do Renato Hinnig, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0905/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0906/2013, de autoria da

deputada Dirce Heiderscheidt; 0907/2013, de autoria do deputado Edison Andrino; 0908/2013, 0909/2013, 0910/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0911/2013, autoria de deputado Narcizo Parisotto; 0912/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0913/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0914/2013, 0915/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0275/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que declara de utilidade pública o Instituto Kairós, com sede no município de Biguaçu.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0082/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes aos valores gastos com a folha de pagamento do Corpo de Bombeiros Militar do estado, na ativa, assim como dos inativos e pensionistas, nos anos de 2005 a 2012.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0083/2013, de autoria do deputado Dado Cherem, a ser enviado ao secretário de estado de Desenvolvimento Regional

de Itajaí, por meio do governador do estado, solicitando informações sobre o convênio que tem como objeto o Centro de Eventos no município de Balneário Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Srs. deputados temos em mãos um requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, subscrito pelos demais líderes, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"A Deputada que este subscreve, com amparo no Regimento Interno, REQUER a suspensão da sessão ordinária do dia 27 de agosto pelo tempo de dez minutos, após a Ordem do Dia, para a manifestação dos dirigentes do Projeto Acolher, de apoio e recuperação de dependentes químicos da cidade de Itapema."

Esta Presidência suspende a sessão por até dez minutos e convida o sr. terapeuta Mário Renato Vermes, do Projeto Acolher, de Itapema, para fazer uso da palavra.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, sr. presidente.

Quero tratar hoje de um tema sobre o qual tenho me debruçado, que é a questão da CPI das Águas, aqui, em Santa Catarina. Mas preciso também fazer um pequeno apontamento sobre dois temas que passaram aqui como a maior preocupação do povo brasileiro nas eleições municipais, nas eleições gerais deste país, que é a questão da saúde.

Quero juntar também a essa preocupação a observação reiterada do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina, de que há anos o estado de Santa Catarina não tem cumprido o repasse constitucional quanto à saúde.

Basta pegarmos os relatórios do Tribunal de Contas, os quais aprovam as contas do governo com a ressalva de que não cumprem a aplicação dos percentuais constitucionais particularmente quanto à saúde. Digo isso porque hoje foi tratada a questão de gestão de recursos.

Nós ouvimos aqui a deputada Ana Paula Lima fazer um relato detalhado das condições do Samu antes e depois da sua privatização. E socorro-me da palavra da promotora Sônia, quando diz textualmente que não se pode privatizar um serviço de saúde.

No Brasil vige o princípio que a saúde é uma questão de estado e que, portanto, só pode ser delegada à iniciativa privada parte desse processo.

Nós temos que garantir o acesso público. E se as iniciativas privadas desejarem também participar dessa área, não tem problema, desde que o estado seja responsável por isso. Tanto é que a contundência da nova decisão do juiz Fornerole exige que esta Casa também se pronuncie sobre isso.

O governador privatizou o Samu, contra todas as investidas dos setores que dominam o tema. Hoje, aliás, falou aqui que o governo Dilma Rousseff não dialogou com a classe médica, mas também não vi o governador Raimundo Colombo dialogar com classe, em nenhuma a hora, quando privatizou o Samu. E há 120 dias disseram que era ilegal, e o governo Raimundo Colombo descumpriu a decisão judicial. E agora temos cinco dias para dar cumprimento a essa decisão. Aliás, já foram bloqueados os repasses à empresa que privatizou o Samu. É uma pena. E socorro-me aqui do poético dizer de Bertolt Brecht quando ele diz: Que tempos são estes que é preciso defender o óbvio?

Se a Constituição já nos diz que a saúde precisa ser feita pelo estado e de forma de menor

significância pela iniciativa privada, ou seja, o papel de protagonismo de promoção de saúde é do estado. Se já é a Constituição que nos diz, por que é necessário dizer o óbvio?

Por que o governo insiste em ter que caminhar para uma via que vai para o judicial e, não bastando, tem uma decisão judicial e não a cumpre.

Também é óbvio, srs. parlamentares, que precisamos estimular que o povo brasileiro tenha acesso à saúde, e saúde se faz com profissionais da saúde, destacando a questão dos médicos.

Quanto à polêmica sobre médicos cubanos virem para o Brasil, temos falado com pouca responsabilidade na maior parte do tempo, porque falamos a partir de uma perspectiva ideológica sobre o tema e esquecemos que são pessoas que estão efetivamente sendo atingidas por essa medida.

Os primeiros 400 médicos cubanos atuarão em 701 municípios do país, que não foram selecionados por nenhum médico de edital de chamamento individual, ou seja, brasileiros ou estrangeiros, 604 desses municípios, 86% têm 20% ou mais pessoas da sua população em extrema pobreza e 591 municípios, ou seja, 84% dessas cidades se localizam no norte ou nordeste.

É importante observar o perfil dos médicos cubanos que participaram dessa primeira etapa do programa. Segundo a OMS, 89% têm mais de 35 anos, sendo 65% da faixa etária de 41 anos a 50 anos, 84% têm mais de 16 anos de experiência em Medicina, 60% desses médicos são mulheres e 40% são homens. E ainda segundo a OMS, todos já cumpriram missão em outros países, incluindo participação em missões de países de língua portuguesa.

Portanto, o que estamos tratando aqui srs. parlamentares, não é da periferia da capital dos catarinenses, aliás, o secretário da Saúde havia pedido mais médicos, a aprovação, o decreto do prefeito de Florianópolis veio após que esse assunto ganhou a mídia, mas a secretaria da Saúde de Florianópolis havia se inscrito no Programa Mais Médico. E o decreto do prefeito é posterior a

isso. Mesmo assim, não temos médico para a Tapera; não temos médico no Campeche. E não estamos falando de Florianópolis. Estamos falando do interior de Santa Catarina, onde alguns municípios chegam a oferecer de salário R\$ 25 mil para um médico ocupar um cargo, mas não tem. E quem precisa da saúde pública neste país sabe que vai ao posto de saúde, é bem tratado sempre que é possível, mas sabe que no final faltam médicos.

É este o nó que temos. E não é esta discussão ideológica que vai conseguir dar conta desse tema. Porque muito se diz da vinda dos médicos cubanos para o nosso país, como se o fato de serem cubanos trouxesse esse ranço ideológico para não permitir que venham para o nosso país. Mas estou falando desses tempos estranhos que vivemos no dizer de Bertolt Brecht de que é preciso defender o óbvio.

Com isso quero dizer também da minha solidariedade ao povo de Palhoça. Hoje, estamos no dia 27 de agosto de 2013, e o povo de Palhoça não sabe quem é o seu prefeito. O povo de Palhoça elegeu um prefeito que dizia que as Águas de Palhoça era um antro de corrupção. E por causa disso, depois de eleito de forma inédita na República, foi derrotado pelo presidente do seu partido e não pode assumir.

Depois disso, durante meses, um vereador que inclusive fez festa com *gogo boys* no Dia das Mulheres, para apresentar às funcionárias da cidade de Palhoça - todos devem lembrar o inesquecível episódio das "Cuecas Brancas e Pretas", que segundo o prefeito Pitanta distingue *gogo boys* de não *gogo boys*.

Palhoça, este município que cresce, que se desenvolve, que é orgulho para Santa Catarina, uma das maiores economias do estado, depois disso, agora, tem um prefeito que foi novamente cassado, que não tem nada a ver com o prefeito Ivon de Souza, numa outra ação cassado por uso dinheiro público para fazer campanha política. E novamente o povo de Palhoça não sabe quem é o seu prefeito.

Estou falando isso porque precisamos repensar, srs. parlamentares, sobre a nossa responsabilidade na discussão da CPI das Águas.

Hoje tivemos uma discussão muito elevada no âmbito da comissão de Constituição e Justiça, e agradeço ao Partido dos Trabalhadores, particularmente ao deputado Dirceu Dresch, que permitiu que eu ocupasse o seu espaço naquela comissão para poder fazer o debate. Um debate que foi regimental, que remeteu novamente o requerimento que fiz à Mesa desta Casa, que tem a prerrogativa regimental de enviar ou não essa nossa CPI para a comissão de Constituição e Justiça. E aqui somos todos bem grandes, a maioria tem cabelos brancos, e precisamos assumir publicamente o que estamos debatendo.

Não estamos debatendo o contrato de "a" ou "b". Estamos debatendo a grande questão, que é a municipalização no estado de Santa Catarina.

Vou pegar aqui os deputados que representam o sul do estado de Santa Catarina. O município de Tubarão compra água a R\$ 1,23 e é obrigado, por decisão da Justiça, a vender essa mesma água para Capivari de Baixo por R\$ 0,41. Segundo os vereadores de Tubarão, o fornecimento de água no município está bem resolvido, é uma municipalização que deu certo. Essa experiência nós podemos conhecer, mas não estamos dizendo que vamos investigar o município.

Da mesma forma, deputada Ana Paula Lima, como hoje a presidenta Dilma Rousseff foi ao Congresso Nacional receber das mãos das bancadas femininas do Senado e do Congresso o resultado da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a violência contra as mulheres no Brasil todo, nesta mesa tivemos a presença da deputada Jô Moraes e também da senadora Ana Rita, que estiveram aqui conosco não investigando o governo do estado, não investigando as instituições catarinenses, mas colhendo subsídios para a discussão desse tema e, a partir daí, poderemos fazer proposições.

Se nós podemos fazer uma CPI sobre telecomunicações, sendo que a prerrogativa legislativa sobre o tema telecomunicações é do governo federal, por que não podemos fazer CPI sobre as águas de Santa Catarina? Por que essa

resistência do Parlamento? Onde estão esses interesses que se escondem em derrotar a CPI?

E aí não podemos ficar de eufemismo aqui e levar para a comissão de Constituição e Justiça... Eu posso publicar, hoje, e os meus dons mediúnicos é que me dizem quem vai votar e de que jeito, porque o deputado Renato Hinnig me disse que o governo não trabalha para derrotar a CPI. E acredito nisso! Mas sei que há governos dentro de governos e que parte do governo age de forma articulada para derrotar a CPI. Isso é um fato que temos visto. Não vimos um integrante da base do governo vir defender a CPI, mesmo os que assinaram.

Por isso, essa nossa prerrogativa de investigação, senhores. Espero que nessa semana possamos, finalmente, demonstrar ao povo catarinense que ouviu de fato a voz das urnas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero reforçar um convite. Na próxima quinta-feira, dia 29, a partir das 14h30, esta Casa vai receber a CPMI para colher informações do governo do estado, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público sobre a exploração sexual infanto-juvenil.

Essa é mais uma ação em que o Parlamento catarinense está abrindo as portas para a CPMI. É o Congresso Nacional que vem fazer essas investigações sobre a exploração sexual infanto-juvenil em Santa Catarina.

Muito obrigada!

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, os 43 anos, dos quais me despeço hoje, já têm afetado a minha memória e eu me esqueci de fazer dois apontamentos. O primeiro deles é que no dia 30 a comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional vai estar aqui nesta Casa às 9h junto com o ministro de Ciência e Tecnologia debatendo a questão de desastres ambientais. Virão três senadores da República acompanhados do ministro de Ciência e Tecnologia.

Quero dizer ainda, sr. presidente, que a partir do dia 2, segunda-feira da semana que vem, iniciaremos aqui na Casa, tendo em vista os 40 anos de desaparecimento de Paulo Stuart Wright, uma série de eventos que certamente vão honrar este Parlamento que um dia desonrou Paulo Stuart Wright e a sua memória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e catarinenses aqui presentes no plenário, quero tratar hoje de dois assuntos.

O primeiro deles é para dizer que tivemos na semana passada a reunião da UPM - União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul -, e lá surgiu, deputada Ana Paula Lima, a Carta de Chapecó. Eu quero fazer o registro desta carta que foi o resultado dessa ação comandada pela UPM, com relação ao Mercosul.

(Passa a ler.)

"Carta de Chapecó

Parlamentares, acadêmicos, professores, autoridades executivas e representantes da sociedade civil da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, reunidos no evento denominado MERCOSUL CIDADÃO, promovido pela União de Parlamentares Sul Americanos e do Mercosul - UPM e Prefeitura Municipal de Chapecó, com o apoio da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, dias 21 e 22 de agosto de 2013, após

debater em oficinas assuntos relativos: Fórum do Corredor Bioceânico Central, Fórum de Preservação e Uso Racional do Rio Uruguai, Integração Turística no Mercosul e os Problemas de Fronteiras, Integração Cultural no Mercosul, Integração e Troca de Experiências entre as Universidades do Mercosul e Encontro de Prefeitos de Regiões Fronteiriças,

Considerando:

Que nosso desafio é crescer gerando riquezas que possamos compartilhar, esperando que cada dia de vida de nossos habitantes signifique um avanço diante das dificuldades pessoais e comunitárias;

Que devemos nos empenhar para combater a pobreza, o uso e tráfico de drogas e a marginalização de nossa sociedade;

Que devemos educar nossos povos para que entendam o valor da liberdade gerada pela democracia e assumam o desejo da superação social, reivindicando políticas públicas que atendam às suas necessidades básicas como cidadãos e cidadãs;

Que devemos valorizar todo processo legítimo e ordeiro de manifestação na busca de serviços públicos de qualidade;

Que devemos primar por uma justiça plena que promova valores positivos e igualitários;

Que tenhamos uma educação pública eficiente, eficaz e prazerosa, despertando em nossa juventude o interesse pelo saber;

Que tenhamos a consciência de que devemos preservar a história, concretar o presente e projetar o futuro de nossa sociedade, e que isso somente será possível por intermédio da cultura;

Que estejamos convictos de que todo e qualquer desenvolvimento econômico, comercial, tecnológico, político, entre outros, é promovido pela sociedade, voltando para um único objetivo, que é melhorar a condição de vida dos cidadãos e cidadãs,

PROPOMOS:

1. A criação de um Fórum Permanente do Mercosul para elaborar e promover uma rota de turismo entre os países membros;

2. A criação de um Corredor Turístico voltado para o turismo regional amplamente divulgado na mídia tradicional e online e a realização de congressos periódicos e itinerantes nas regiões que compõem esse Corredor;

3. A criação de um Fórum Permanente de Integração e Mediação para oficializar a diplomacia informal hoje existente na ENAFRON (Estudo Nacional de Fronteiras), sem comprometer a soberania dos países membros;

4. A viabilização do pagamento de pedágios por intermédio de cartões de crédito e/ou débito;

5. A unificação de dados de entrada e saída dos cidadãos, independente dos meios de transportes utilizados e a padronização unificada entre os países do Mercosul para o controle de entrada e saída de veículos;"

Esses cinco itens fazem parte da Carta de Chapecó, relacionada à oficina que eu tive a honra de estar comandando, que é de integração turística no Mercosul e os problemas de fronteiras. E quero deixar aqui aos deputados que queiram ter um conhecimento, com certeza vocês já receberam, e a toda sociedade catarinense a Carta de Chapecó, que foi o resultado desse nosso trabalho feito pela UPM.

Quero aqui agradecer ao dr. Flávio Monteiro que tem sido um grande estimulador da UPM e dessas ações. Por isso quero mais uma vez agradecer muito a essa participação, inclusive agradecer aos funcionários do Poder Legislativo estadual, que estiveram lá em uma competente transmissão que foi feita do Congresso.

Parabenizo o prefeito José Cláudio Caramori, o vice-prefeito Luciano José Buligon e todos de Chapecó, pela receptividade e pelo excelente evento que fizeram na cidade de Chapecó, recebendo todos os representantes dos países do Mercosul.

Dito isso, eu não sei como vai repercutir essa minha fala agora, mas, como dizem por aí, que se lasque! Mas tem coisas que eu não consigo ficar calado, mesmo fazendo parte do governo.

Não tenham essa minha fala e essa minha atitude, agora, como um papel de rebeldia ou

qualquer coisa que o valha. Estou fazendo isso mais como cidadão que ao ver uma reportagem ontem, na televisão, ficou muito chocado. E quero trazer para esta Casa não para divulgar, porque já foi divulgado, porque saiu na televisão, mas para trazeremos a este local as deficiências que estamos tendo em algumas partes desse governo, contra as quais precisamos tomar alguma atitude.

Existem coisas que não dá para colocar! Mas a reportagem que trago aqui é esta:

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Vou dizer o quê? Não é questão de mudar de partido, deputada, há coisas que o partido não resolve, e essa é uma das coisas que o partido não resolve.

Acho que temos que despolitizar as coisas, despartidarizar as coisas. Isso é uma coisa que vai além da questão da filosofia partidária, de governo. Isso é além! Ontem, deputado Sargento Amauri Soares, estava assistindo a essa reportagem e fiquei chocado. Não vou aqui colocar a culpa no governador porque, além de ser de Lages, o governador deve estar "p" da vida com isso aí. Mas é uma questão de governo! Como é que pode um presídio não ter condição de arrumar uma escolta? E daí entra um caixão no presídio e fica cinco minutos, deputado Sargento Amauri Soares, para que o filho algemado possa ver a mãe pela última vez.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, já viemos a esta tribuna diversas vezes para falar sobre a Universidade Federal da Fronteira Sul que foi uma conquista do movimento social e popular de Santa Catarina, do oeste do estado, de parte do Rio Grande do Sul e parte do Paraná. Falamos também sobre a questão de sua expansão, que é a criação de um campus para a cidade de Concórdia.

Nesta tarde não vamos falar especificamente da conquista que foi criar essa universidade, tampouco da expansão, mas, sim, dos resultados, dos sucessos das avaliações dos cursos que foram feitas até o presente momento, até porque quando da luta da criação dessa universidade se ouviam vozes também que questionavam se essa universidade teria qualidade, se seus cursos seriam bons e se seus alunos formados lá seriam profissionais aptos a enfrentarem as dificuldades do dia a dia no mercado de trabalho.

Pois bem, agora saíram as primeiras avaliações. E no caso dos 11 cursos no campus de Chapecó, sete já foram avaliados.

Eu uso agora, dando o devido crédito, as informações produzidas com o auxílio da assessoria da universidade para transmitir o resultado até o presente momento. Perto de comemorar quatro anos, a Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Chapecó, somente tem motivos para comemorar, pois dos 11 cursos que o campus de Chapecó possui sete já passaram pela avaliação do MEC e obtiveram notas altas. É importante registrar que a nota de avaliação máxima do MEC vai numa escala até cinco. Portanto, cinco é a nota máxima possível de ser obtida.

Foram avaliados os cursos de Ciências da Computação, Ciências Sociais, Geografia, História, Filosofia e Administração, os quais obtiveram nota quatro, e o curso de Pedagogia que obteve a nota máxima de avaliação, que é cinco. Portanto, dos cursos avaliados a nota variou entre quatro e cinco. Lembrando que cinco é a nota máxima.

A ida dos avaliadores do MEC até a Universidade da Fronteira Sul aconteceu nos meses de maio e agosto deste ano. E foi o momento em que eles puderam avaliar todas as informações repassadas pela instituição e conhecer toda a estrutura disponível, conforme as informações que nós obtivemos na universidade. O próprio diretor acadêmico, professor Antônio de Campos, diz e comenta que as notas altas recebidas demonstram que a Universidade Federal da Fronteira Sul tem

cumprido o seu objetivo de oferecer para toda a região cursos com excelente qualidade.

Portanto, faço questão de repercutir esse fato não só porque estivemos no último sábado agora, a convite de um dos cursos, fazendo uma palestra, não só porque também na outra semana mantive mais uma reunião com a direção para tratarmos sobre a expansão, mas principalmente porque acho que essa é uma conquista coletiva, que anima os estudantes que lá estão, anima os que pretendem estudar e anima aqueles que como nós lutaram para que essa universidade fosse criada e satisfizesse aqueles que estavam na dúvida sobre se essa universidade teria qualidade.

Vejo que dos cursos avaliados as notas foram a máxima ou próxima da máxima, quatro ou cinco, lembrando sempre que a nota máxima é cinco. Além disso, mais uma conquista além dessas notas é que o campus de Chapecó comemora os dois cursos de pós-graduação, que já estão em funcionamento. O primeiro implantado foi o mestrado em estudos linguísticos, em 2012, e o segundo implantado foi o de educação, agora, em 2013. Para se ter uma ideia, esse último teve 513 inscrições para preencher as 20 vagas.

Portanto, já é uma conquista também em função dos mestrados que estão sendo ministrados pela universidade. Quanto à conquista das notas de avaliação, quero aqui publicamente parabenizar a todo o conjunto que envolve a universidade. Estamos fazendo por escrito, endereçado à universidade, os nossos cumprimentos por essa conquista que certamente deverá prosseguir quando se fizer a avaliação dos demais cursos que ainda não foram avaliados, de outros cursos que serão implantados e também de novos campi que deverão ser implantados.

Parabenizo, então, toda a equipe da Universidade Federal da Fronteira Sul por essa conquista.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador

inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, quero fazer um pronunciamento não como deputado, mas como um profissional da área médica, pai de uma filha que se formou em Medicina faz três semanas e que tem como esposa uma mulher médica.

Neste dia, temos nos pautado muito pelo programa Mais Médicos, ideologicamente muito configurado em cima da questão dos médicos cubanos.

O deputado Maurício Eskudlark falou da falta de análise do nosso governo, que está há dez anos no país, com o programa de atendimento à saúde.

Primeiramente, é importante ressaltar que um médico leva seis anos para se formar, e para se especializar são mais dois anos, três anos, quatro anos.

É importante relatar que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, através do ministro Serra, trouxe profissionais médicos de outro país, cubanos, para atender à população não assistida no interior.

Quero fazer esse pronunciamento despojado de qualquer princípio ideológico político, mais principalmente configurado no conjunto de uma sociedade que não tem médico para atender.

Vendo hoje nos sites - e a categoria médica nunca teve uma postura desrespeitosa, porque precisamos no mínimo ter respeito com os cidadãos que vêm ao país - que, ontem, ao chegar os cubanos no Ceará, havia uma fila de médicos que da forma mais indecente possível vaiavam os profissionais, chamando-os publicamente de escravos, porque viriam atender aos brasileiros sem atendimento.

Quando nos pautamos pela questão técnica que o deputado Sargento Amauri Soares falou, é importante termos claro que para fazer o diagnóstico de uma apendicite o sintoma é universal. Não é necessário falar nenhuma língua, basta um termômetro e um exame físico. E esse médico não vai operar esse paciente; ele vai encaminhá-lo para a cirurgia.

Esses médicos não vieram para o Brasil para fazer diagnóstico de ressonância magnética, atender à média e à alta complexidade. Mas, por incrível que pareça, temos no interior do país, no nordeste brasileiro, nas regiões quilombolas, na Amazônia indígena, comunidades com mais de dez mil pessoas que não têm um médico para atender.

Quero dizer que Cuba tem a maior manifestação de solidariedade de atendimento médico no globo terrestre, e não vou citar o atendimento no Haiti no momento crítico em que para lá foram brasileiros, médicos também. Do programa Brasil Sem Fronteiras saíram brasileiros para atender no Haiti, assim como Cuba mandou um exército de profissionais médicos. Quando teve o evento radioativo, os pacientes contaminados por radioatividade foram mandados para se tratar em Cuba. E agora o Japão, deputada Ana Paula Lima, solicitou médicos cubanos para acompanhar as possíveis agressões da radioatividade. Se o Japão que é o Japão solicita médico cubano, que problema esse de se criar uma crise, porque estão vindo médicos?

Primeiro, é importante deixar claro que o governo federal abriu as vagas para médicos brasileiros. Os médicos brasileiros não preencheram as vagas. Segundo, deixou-se claro para os médicos internacionais, da América Latina, e para os brasileiros que estavam fora que não se atendeu a todas as vagas. Terceiro, abriu-se para o país e para o mundo inteiro. E os médicos cubanos solidariamente se dispuseram a vir ao Brasil, para locais onde não há médicos brasileiros que queiram atender.

Não posso, aqui, dizer, se houver um problema de algum paciente não ser bem atendido, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é médico, ou o diagnóstico não ser bem claro, como vai responder esse médico. E pergunto como responde a maioria dos médicos aos erros médicos deste país, que muitas vezes sequer são apurados - erros e diagnósticos.

É importante ressaltar quando se questiona o Revalida. A Associação Paulista de Medicina fez

prova com estudantes recém-formados, e mais de 80% dos médicos brasileiros não passaram no Revalida.

Agora, esses médicos estão vindo para fazer a atenção básica, medidas preventivas que resolvem 85% dos problemas.

É lógico, deputado, v.exa. que é ortopedista, que se tiver um paciente com uma lesão coxo femural o médico não vai operar, não irá fazer as fixações, não vai saber encaminhar. A categoria médica da qual eu sou médico, e aqui quero pedir desculpas em nome da sociedade brasileira, porque ontem ultrapassaram todos os limites do respeito humano no aeroporto de Fortaleza, todos os limites. E não é isso que a universidade ensina. Não foi isso que aprendi na universidade. Dizer que o cidadão é escravo, porque vem atender onde não tem médico?

Estou colocando isso, porque o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso defende o Programa Mais Médicos. Posso questionar alguns valores, metodologia, que poderia ter sido debatido melhor com a população, com os prefeitos, mas a sociedade brasileira, inteira, está aplaudindo uma medida que vai salvar vidas, neste país. E digo isso como pai de uma filha que se formou, faz três semanas, médica.

Neste Brasil não se está tirando emprego de médicos, muito pelo contrário, está-se ampliando o mercado de trabalho médico.

Estão fazendo várias Upas neste país. Vários Samus estão faltando. E não vou entrar na questão do ato médico, porque tenho algumas reservas da forma como foi encaminhado. Assim como não vou entrar no contexto do Revalida como um todo, mas esses profissionais virão para cá com prazo definido, para uma região onde ninguém quer ir atender.

Logicamente, que sabemos que em muitos lugares, deputado Padre Pedro Baldissera, falta estrutura, não há exames suficientes ou equipamentos médicos, e o governo como um todo, seja municipal, estadual ou nacional, tem que caminhar para essa solução. Mas muitas vezes um contato único de um profissional médico com o

paciente, relação médico paciente, com conversa tranquila e análise, pode-se resolver muito, reduzindo as situações que já foram citadas nos diversos debates.

Quando dizem que Cuba não tem toda tecnologia que temos, estão certos, pois é um país pobre, passa por muitas dificuldades, porém, temos que ter claro que todos os indicadores sociais e de saúde de Cuba são melhores do que os americanos, porque a mortalidade infantil cubana é menor do que a dos Estados Unidos. E a nossa é quatro vezes mais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch.

(Pausa)

Na ausência do deputado Dirceu Dresch, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, preciso fazer uso, nesta tarde, da tribuna, para agradecer a belíssima acolhida que tivemos, hoje, no auditório Antonieta de Barros, por parte dos srs. deputados, da imprensa, em especial dos nossos amigos das comunidades terapêuticas, vindos das mais distantes regiões do estado de Santa Catarina, desde São Miguel d'Oeste até a região do sul do estado, como Sombrio, Criciúma, do norte do estado, da grande Florianópolis, da nossa região de Blumenau, enfim, foram mais de 40 comunidades terapêuticas, as quais representam a Fecotesc, a Federação Catarinense de Comunidades Terapêuticas e a ACCT, Associação Catarinense de Comunidades Terapêuticas.

Como dizia nesta manhã, foi um dia histórico, por marcar uma nova etapa no que diz respeito a uma nova relação do governo do estado, das políticas públicas, com o terceiro setor.

Quero registrar aqui a minha gratidão aos membros dessa nossa comissão: deputada Ana Paula

Lima, vice-presidente, deputado Antônio Aguiar, deputado Dado Cherm, deputado Gelson Merisio, deputado Reno Caramori, deputado Sargento Amauri Soares que sempre esteve participando conosco inclusive das audiências.

Com muita satisfação, deputado Sargento Amauri Soares, é importante ter em mãos esse documento que faz história, termo de compromisso que entre si celebram o estado de Santa Catarina, a secretaria de estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - Fapesc, a Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina e a comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Alesc. Termo este assinado pelo sr. governador, pelo presidente desta Casa e por membros da nossa comissão.

As iniciativas pretéritas quase sempre se limitavam a ações fragmentadas, ações descontinuadas, mas agora com o desenho formatado pelo projeto Reviver estamos concentrando esforços nas diversas áreas, buscando de fato estabelecer uma rede de atenção à dependência química, na busca de uma parceria inclusive com a saúde mental do estado, a questão dos Capes, dos ambulatórios de atendimento aos dependentes químicos e tudo isso foi possível. E aqui é preciso reconhecer e agradecer a determinação, a vontade política do sr. governador Raimundo Colombo, possibilitando já para este ano R\$ 5 milhões no orçamento, R\$ 12 milhões para o ano de 2014, na parceria intersetorial com a secretaria da Saúde, da de Assistência Social, da de Educação e da de Justiça e Cidadania.

De fato a nossa meta ao longo desses dois anos, a partir das sete audiências públicas como Frente Parlamentar e agora como comissão Permanente, foi sempre o dependente químico como sujeito focal dessa história, ser humano necessitado de um investimento, de uma mão estendida reconhecendo suas potencialidades, suas limitações. De fato, estabelecendo um compromisso de promoção, de prevenção de tratamento, sobretudo

na perspectiva da inclusão social e da produção daquilo que eu chamo da autonomia do indivíduo.

Eu dizia, nesta manhã, e repito aqui hoje em Santa Catarina que a história se faz e se refaz, mas não se desfaz, pois a construção é coletiva. E esta Casa foi singular nessa participação. Esta construção foi uma construção responsável, porque ao chamarmos a Fapesc estamos chamando a academia para junto desse programa. E vamos ter bolsas de estudo para graduandos, mestrandos, doutorandos, nas áreas conexas, temáticas.

Temos também a questão do uso e do abuso das drogas, na área da Medicina, da Psicologia, da Psiquiatria, da Assistência Social. Enfim, o ato celebrado nesta manhã aqui no auditório Antonieta de Barros reafirma o compromisso dessa comissão, reafirma o compromisso desta Casa, reafirma também o compromisso do sr. governador com a saúde mental, com a questão da dependência química, mas sobretudo sela o compromisso com as próximas gerações.

Esperamos no mês de setembro o que chamamos de creditação das comunidades terapêuticas junto à Fapesc, para que a partir do mês de outubro já comecem a chegar os primeiros recursos às comunidades terapêuticas. Lembrando que uma comunidade terapêutica precisa estar submissa aos critérios muito bem colocados, desenhados pela RDC29, a lei federal que regulamenta o funcionamento de uma comunidade terapêutica, que estabelece os critérios. E é com esses parâmetros que uma centena de comunidades terapêuticas de Santa Catarina poderão estar credenciadas junto à Fapesc, a qual vai monitorar de forma informatizada todas elas.

Hoje, elas oferecem cerca de três mil vagas. E pelo menos um terço dessas vagas, mil vagas, poderá ser financiado pelo governo do estado. Lembrando que 900 vagas estão garantidas e reservadas para os maiores de 18 anos, no valor de mil reais, e 300 vagas para menores de 18 anos, no valor de R\$1.500.

Portanto, é um investimento significativo, histórico, que deixa de estar no papel para de

fato estar na prática, no atendimento lá na ponta ao dependente químico.

Essa é uma grande vitória do povo catarinense.

Parabéns ao governador Raimundo Colombo pela sua acolhida.

Quero fazer aqui um gesto todo especial também ao secretário da Fazenda, nosso colega Antônio Gavazzoni, que foi muito ágil e inteligente na forma como conduziu as negociações com a Fapesc, com a secretaria da Saúde.

O nosso muito obrigado ao secretário da Fazenda, às comunidades terapêuticas que estiveram conosco no Fórum, nessas audiências públicas, a todos aqueles que torceram por essa conquista.

Agora é monitorar, é acompanhar e é torcer para que de fato centenas e centenas de jovens catarinenses tenham a oportunidade de abandonar o mundo das drogas e entrar para uma nova perspectiva de vida, um novo horizonte, uma nova janela, uma nova caminhada.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de saudar o presidente em exercício, deputado Padre Pedro Baldissera, as sras. deputadas, os srs. deputados.

Comunidade catarinense, antes de iniciar a minha fala, já que o deputado Jailson Lima está presente, eu gostaria de corroborar com a opinião sobre o Revalida.

Nós médicos acreditamos que podem vir médicos do mundo inteiro para o Brasil, que não tem problema nenhum. Não sou contra os médicos estrangeiros virem trabalhar no Brasil, desde que eles estejam de acordo com a lei que consta na Constituição Federal, a qual manda fazer o Revalida.

Não podemos, por uma medida provisória, de repente mudar o rumo das coisas, pois temos que respeitar a Constituição Federal, respeitar o

trabalho dos médicos, respeitar todos os médicos que trabalham no Brasil.

Acho que com a vinda de médicos estrangeiros virem trabalhar no Brasil não se pode fazer política em cima desse tema. Não é esse o objetivo. O nosso objetivo é que o povo brasileiro, a nossa comunidade, seja bem atendida, e aí não importa ser médico estrangeiro ou brasileiro.

Mas a minha fala de hoje, primeiro, é para agradecer à comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a qual estive em Canoinhas. Inclusive, representei essa comissão nessa cidade, juntamente com a Janice, sendo que o presidente é o deputado Nei Ascari, ele que é o grande comandante. E temos a certeza de que foi uma bela palestra, que fez com que a acessibilidade ao deficiente cada vez mais seja executada no estado de Santa Catarina. Essa palestra mexeu com as pessoas, com o sentimento, com a emoção, enfim, foi sem dúvida nenhuma uma palestra muito importante para a nossa cidade.

Também foi muito importante no dia de hoje aqui na Assembleia Legislativa a presença do deputado Ismael dos Santos, presidente da comissão de Prevenção e Combate às Drogas desta Casa, e do governador Raimundo Colombo. Inclusive, já fiz vários pronunciamentos sobre esse tema nesta Casa e tenho certeza de que depois do dia de hoje estamos atingindo um segmento esquecido, deputado Ismael dos Santos, pelos governantes, pelos municípios, pela sociedade.

A sociedade muitas vezes se esquece dos drogados, dos que precisam de ajuda. E hoje a pior droga não é o crack, não é a cocaína, a pior droga é a bebida alcoólica. Vou repetir, a pior droga de hoje chama-se bebida alcoólica, porque 63% dos nossos jovens tomam o seu primeiro gole de álcool em casa, por incrível que pareça.

Então, temos que atuar na família catarinense, na família brasileira, fazer com que esse percentual seja modificado. Para isso precisa haver consciência, prevenção, educação. E isso deve ser feito na família e na escola desses

jovens. Depois temos também o combate ao tráfico. E a Segurança Pública tem que prender os traficantes.

Para recuperar a saúde dos nossos drogados, para poder integrá-los novamente na nossa sociedade, na sua família, o drogado tem que querer ser curado, tem que querer fazer parte da sua família novamente, tem que querer voltar para o seio onde nasceu e foi criado, educado. E tenho certeza de que para isso acontecer temos que influenciar o drogado a ser curado. Mas se com tudo isto o drogado não quiser ser tratado, o que podemos fazer? Temos que aplicar uma lei obrigando esse drogado a se internar e se tratar.

Por isso que eu, como deputado médico, apresentei esse projeto a esta Casa criando, sim, a obrigatoriedade de internar aqueles drogados que não querem ser tratados.

Mas, hoje, na grande audiência pública que tivemos aqui nesta Casa, o governador do estado, Raimundo Colombo, muito nos engrandeceu com essa grande palestra, falando do ser humano e dando o exemplo de um jogador de futebol do seu time que caiu para o outro lado, o lado dos drogados.

Então, faz parte, sim, da índole do governador se preocupar com as pessoas.

Mas quero também agradecer ao governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira pelo que aconteceu na cidade de São Bento do Sul neste final de semana. Em audiência pública na sexta-feira à noite a cidade de São Bento do Sul foi credenciada em quimioterapia. Nós temos que agradecer, neste momento, a Raimundo Colombo e Eduardo Pinho; ao prefeito Fernando Tureck; ao vereador Fernando Mallon, que fez a audiência - e em seu nome agradeço a todos os vereadores que lá estiveram -; a Rede Feminina de Combate ao Câncer; e às pessoas que se importam com a quimioterapia e com o câncer, uma doença difícil de ser enfrentada.

Temos certeza de que nessa audiência pública a cidade de São Bento do Sul viu a preocupação de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira; da secretária da Saúde, Tânia Eberhardt; e do

secretário-adjunto Acélio Casagrande. E quero agradecer de público o telefonema do secretário-adjunto Acélio Casagrande durante a nossa audiência pública informando que realmente a quimioterapia está credenciada em São Bento do Sul. E para isso são necessários dois itens importantes. Primeiro, a reunião com a CIR e, segundo, o encaminhamento da proposta de credenciamento em quimioterapia em São Bento do Sul para a secretaria de Saúde do estado de Santa Catarina.

Portanto, os nossos parabéns pelo que aconteceu em São Bento do Sul na última sexta-feira, com a presença do deputado Silvio Dreveck, dos vereadores, do prefeito de Rio Negrinho, Alcides Grohskopf, e do prefeito de Campo Alegre. Enfim, a comunidade inteira dos três municípios estava torcendo para que a promessa de campanha de Fernando Tureck fosse realizada. E vejam que não era só a promessa de Fernando Tureck. Era o compromisso do governo estadual de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira.

Esse momento é um divisor de águas, é um momento diferente que acontece em São Bento do Sul não só com o credenciamento em quimioterapia, mas também com as verbas que serão conveniadas com os municípios de São Bento do Sul, Campo Alegre e Rio Negrinho. Mais especificamente São Bento do Sul, com R\$ 3,5 milhões a fundo perdido para fazer um grande centro de saúde no município, e com mais R\$ 5 milhões do Badesc para fazer as pavimentações necessárias no município e a construção de um terminal rodoviário tão necessário. Temos também a proposta de recuperação da SC-301, lá conhecida como a rodovia do Lençol. E há outros investimentos que estão sendo feitos no município de São Bento do Sul.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRECH - Agradeço, sr. presidente, srs. deputados, todos que nos acompanham.

Quero brevemente, nesta tarde, aqui, nesta tribuna, trazer dois temas presentes. Primeiramente, convido todos para hoje, às 19h, comparecerem à sessão especial em homenagem à entidade que, na nossa avaliação, tem marcado com firmeza, através da luta, da mobilização das diversas categorias de trabalhadoras e trabalhadores, as grandes conquistas históricas dos trabalhadores brasileiros, que é a nossa Central Única dos Trabalhadores, que completa os seus 30 anos de existência e que merece de fato o nosso respeito, a nossa admiração, o nosso compromisso de apoiar as grandes lutas, as grandes bandeiras que essa central vem trazendo durante a sua história, em 30 anos, no Brasil. Ela lutou muito pela democratização do nosso país, contribuiu na perspectiva de construir um mundo diferente, um mundo onde os trabalhadores e trabalhadoras deste país tivessem uma condição de vida diferente.

Se temos hoje uma valorização do trabalho, uma valorização do salário... E uma das comemorações maiores dos trabalhadores brasileiros é termos em torno de 5%, somente, de desemprego, um dos menores índices da história do Brasil.

Nada mais triste do que um pai, uma mãe de família desempregada, não tendo condições de dar o sustento para a sua família. Então, a Central Única dos Trabalhadores, durante esses 30 anos, marca essa história. E vamos então, hoje à noite, trazer em sessão especial essa homenagem que é justa, para as diversas categorias de trabalhadores, de diversos ramos, que compõem a nossa Central.

O segundo tema, sr. presidente, que quero trazer a esta tribuna, v.exa. que é de um pequeno município, deputado Padre Pedro Baldissera, é o tema da telefonia móvel nas comunidades do interior.

Felizmente, temos um governo, hoje, que se preocupa muito com as regiões mais distantes, com

a agricultura familiar, com os pequenos municípios. E nos leilões que foram feitos, em 2012, da telefonia móvel no país, principalmente da internet e também de outras questões que dizem respeito à comunicação, as diversas empresas foram divididas por região. E a TIM, então, é a responsável por Santa Catarina.

Neste leilão, em três anos, as empresas se comprometem e precisam, isso está dentro das regras da lei, atender às comunidades e aos municípios do interior desse nosso estado.

A lei diz que 30 quilômetros em torno dos municípios sede as empresas precisam atender com telefonia.

Claro que os municípios menores, mais próximos, como no alto vale, no oeste, nas regiões do sul, onde os municípios ficam muito próximos, com 30 quilômetros com atendimento praticamente atende a toda população. Talvez em algumas regiões onde os municípios são maiores, planalto norte, região serrana, não atenda com essa perspectiva, mas para as demais regiões, com certeza, teremos um atendimento de praticamente 100%.

Então, daqui a alguns dias, propomos fazer uma audiência pública justamente para debater esse tema e agilizar essa política, que é uma das grandes reivindicações do interior do nosso estado, dos nossos agricultores familiares, da nossa juventude que precisa estudar, acompanhar e ter também internet.

É uma luta que já viemos fazendo há um bom tempo. E agora estamos dando um passo significativo nessa perspectiva de atendimento ao nosso interior do estado.

Quero aqui, em primeiro lugar, comemorar essa perspectiva que temos para frente. Em segundo lugar, comprometemo-nos a fazer um grande debate sobre isso, agilizar essa política, contribuir com o ministério das Comunicações, com o governo federal, para implantar essa política o mais rapidamente possível em nosso estado.

Sr. presidente, também gostaria de justificar que não comparecemos à CCJ na parte da manhã, porque estivemos em Lages, num grande encontro, na

etapa estadual da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural, que discute toda perspectiva da agricultura familiar, do desenvolvimento rural, da sustentabilidade do meio rural brasileiro, na Conferência Nacional que acontecerá daqui a alguns dias.

Então, é um grande evento, um grande debate, em Lages, hoje e amanhã, quando as lideranças dos mais diversos setores da agricultura, especialmente da agricultura familiar, estarão reunidas, para apontar os grandes desafios da agricultura familiar nos próximos anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19 horas, em homenagem à Central Única dos Trabalhadores.

Está encerrada a sessão.